

## A RACIONALIZAÇÃO DA NÃO-LIBERDADE HUMANA ATRAVÉS DO TRABALHO, DA TECNOLOGIA E DA EDUCAÇÃO

## THE RATIONALIZE OF NOT HUMAN FREEDOM ACROSS THE WORK, THE TECHNOLOGY AND THE EDUCATION

HORTA, Rosilene<sup>1</sup>

Las obras de la libertad se construyen con mucha dificultad contra la Historia, pero se  
derrumban con suma facilidad.  
Lyria e Zahonero (2004)

### RESUMO

Parece-me que há aspectos ainda não apreendidos sobre a importância da reestruturação capitalista mundial, em que se transmutam os papéis dos Estados com relação aos das empresas transnacionais. São elas que dirigem todo o processo político, econômico, social e cultural da globalização, através da OMC, do FMI e do BM. Há também uma nova configuração social, com as mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho e, conseqüentemente, da educação. Além da renovação dos meios de alienação ideológica. Nesse processo, as tecnologias informacionais ocupam lugar destacado, especialmente por seu caráter de *racionalidade instrumental*, que está limitada pela eleição dos meios adequados para alcançar os fins pretendidos. Procurarei aqui trazer uma contribuição que talvez estabeleça novas relações entre esses elementos.

**Palavras-chaves:** Estado; Globalização; Tecnologias informacionais

### ABSTRACT

Features that I didn't understand about the important of reestruction world capitalist, the alter in relation between State and international enterprise. There are this enterprises that direct the politic process, economic, social and cultural of globalization, across of OMC, FMI and BM. Exist too a new social configuration, with the changes on a form to organization and management of work, and consequent, in education. Without speak about the renovation in ideologic alienation. In this process, the informations technologies have a detail place, especially for rational characteristic, that is limited by the election of appropriate ways to have the wanted. I will look here to bring a new contribution that maybe can fix a new relation between this elements.

**Key-words:** State; Globalization; Informations technologies

---

<sup>1</sup> Professora do Setor de Didática do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino; pesquisadora da Cátedra UNESCO de Ensino a Distância e parecerista da Revista Trabalho Educação do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação - NETE, da Faculdade de Educação da UFMG. **E-mail:** horta.rosilene@fae.ufmg.br.

## Globalização e sociedade da informação?

Sob o mercado integram-se todas as esferas da vida, desde a família, passando pelo trabalho e pela educação escolar, até o consumo e o lazer. O discurso das transnacionais sobre “o *one world* baseia-se no progresso das indústrias e das redes de informação – liberando do peso das fronteiras os gestores da produção, os consumidores, os produtos e interconectando-os em um mercado auto-regulado – para decretar a irracionalidade do Estado-nação e, por conseguinte, a caducidade das políticas públicas”, como analisa Mattelart (2002, p. 106). Para este autor é isso o que direciona o pensamento de Peter F. Drucker quando mistura “sociedade do conhecimento” e *global shopping center*.

Há uma convergência entre os analistas do tema de que é crescente a relevância e a complexidade da informação, do conhecimento e das novas tecnologias como elementos fundamentais do novo padrão de acumulação. Esses três elementos estão inter-relacionados porque as tecnologias de informação e comunicação imprimem à economia pautada sobre o conhecimento de uma nova, e diferentes bases tecnológicas, o que amplia radicalmente as condições de produção e distribuição de conhecimentos, assim como a sua inter-relação com o sistema produtivo (LASTRES *et. all*, 2003, p. 540). Por isso se altera o papel econômico da educação em sua função de formação de força de trabalho. Dessa forma, o capitalismo se expande, quando amplia as condições para solucionar os problemas decorrentes do padrão anterior de acumulação, abrindo novas possibilidades de crescimento. Lastres *et. all* (2003, p. 540) destacam que nesse processo “são disponibilizadas formas que possibilitam a continuidade da produção e consumo de massa de novos bens e serviços, minimizando o consumo de insumos e materiais energéticos não renováveis; assim como os efeitos negativos decorrentes do descarte - também em massa - da produção e consumo sobre o meio ambiente.”

Aprofundemos um pouco mais tais questões, a seguir.

Desmistificando o termo globalização, Mattelart (2002), afirma que o mesmo não tem nada de *neutro* e *natural*, e o analisa como “semântica” que, a partir do final dos anos 1960, ganha espaço ao mesmo tempo entre os especialistas americanos em relações internacionais e no meio dos *world leaders*: “Esse léxico não cessará de tecer a sua teia planetária conjugando-se com o referente informacional”. É com base em um contexto em que perde força o lugar do Estado como gestor de políticas públicas que as próprias empresas e os organismos delas representantes vêm transformando, especificamente, as redes telemáticas (telecomunicações + informática), em novos instrumentos de dominação e exclusão, conforme mostra o estudo Dantas (1996).

Nessa perspectiva, a revolução tecnológica global impulsionada pela forte competição econômica mundial funciona como uma “seleção natural” segundo analisa Rivero (2002, p. 152), deixando de lado milhões de trabalhadores não-qualificados e toneladas de matérias-primas. E esta seleção feita pelo mercado e pela tecnologia não fica só nisso, pois também rejeita, pela via do preço baixo, as manufaturas com pouco conteúdo tecnológico e intensivas em mão-de-obra, que são o primeiro passo na industrialização dos países pobres. Dessa forma, *desenvolvimento* e *tecnologia* estão atualmente intrincados no sentido de promover a exclusão, a exemplo, do Brasil, dos mecanismos contemporâneos de prosperidade econômica e social das populações do globo. Internamente ao país essa seleção de que fala Rivero vai intensificar a exclusão social

de milhões e de diversas maneiras. Ao contrário do que diz o *marketing* oficial, o Brasil ocupa o segundo lugar no *ranking* de desigualdade social do mundo, integrando a expansão mundial da pobreza na década dos 90 (IDH, ONU, 2003). Este fato confirma análises como a que apresenta Pastor, de que a

"(...) internacionalização crescente da economia está supondo o processo de maior concentração tecnológica, de saberes e de setores estratégicos que nunca se produziu na história do capitalismo, desenvolvendo-se ele em um contexto contraditório de integração, fragmentação e exclusão sociais e espaciais a escala também global e no interior de cada um dos países". (PASTOR, 2002, p. 23)

Por outro lado, em seu novo movimento mundial de expansão, o capitalismo constrói também novas formas de hegemonia política, hoje ainda mais intrincada com a econômica. Talvez venha justamente desse amalgamento entre economia e política a integradora força contemporânea do sistema. Mattelart (2002) nos dirá que essa história começa nos EUA, em fins de 1960, com a revolução tecnoeletrônica e vem se afirmando onde quer que se tome consciência de que a hegemonia mundial passa pela tecnoeletrônica. Para o autor, a ideologia da sociedade global da informação é a do mercado e faz parte da reconstrução neoliberal do mundo. Em tal arquitetura política, as transnacionais e os Estados mais industrializados, intentam trazer todas as sociedades à democracia de mercado, desde que por eles controlada. Essa intenção é o que estaria por trás dos sistemas de inteligência global, de captação de informações, que permitam vencer os "rivais" e antecipar os movimentos das grandes organizações da sociedade civil que possam criar obstáculos aos desígnios mercadológicos. A liberdade de expressão comercial tem, nesse quadro, toda a prioridade sobre a liberdade de expressão dos cidadãos.

A construção de tal lógica teve o Japão como centro das atenções dos grandes países industriais, sendo referência o plano *Japan Computer Usage Development Institute* (Jacudi), que fixa a "sociedade da informação" como "objetivo nacional para o ano 2000", afirma Mattelart (2002, p. 108). A principal missão seria a de estimular as sinergias entre a pesquisa e a indústria, o setor público e os grandes grupos privados. O autor afirma nesta passagem que

(...) emerge desse plano os contornos da sociedade do futuro: um banco central de dados do Estado; sistemas médicos de atendimento à distância; um ensino programado e racionalmente administrado, capaz de desenvolver um "estado de espírito informático"; um sistema de prevenção e de luta contra a poluição; um sistema de informação para as pequenas e médias empresas; um centro de reciclagem de mão-de-obra. Como pano de fundo, o modelo Computópolis, a cidade inteiramente interconectada e equipada com terminais domésticos, com gestão automatizada dos fluxos do tráfego, uma rede de trilhos e veículos de dois lugares comandados por computador, hipermercados por assim dizer sem funcionários e com pagamento feito com cartões magnéticos, informatização do ar condicionado.

Analisemos nesse contexto, especificamente, o significativo fato da automatização. Ressalto que seu desenvolvimento resultou das relações sociais de produção, e não do desenvolvimento das forças produtivas (como analisam as perspectivas marxistas ortodoxas)<sup>2</sup>. Um exemplo importante de que é das relações sociais de

<sup>2</sup> Para o marxismo ortodoxo, a transformação do modo de produção capitalista em outro modo de produção decorre das contradições geradas por meio do desenvolvimento das forças produtivas, ao desorganizarem o mercado – esfera da circulação – como lugar privilegiado que é o capitalismo. Já o marxismo heterodoxo, considera que as forças produtivas não são neutras e expressam as relações

produção que se produziu a automatização: ainda em 1985, a General Motors usou o seu poder enquanto maior comprador norteamericano de equipamento fabril para pressionar a adoção de padrões de *software* comuns que tornassem as máquinas reciprocamente compatíveis, (informa *The Economist* 14 de setembro de 1985). A revista afirma que foi necessário fazer assim porque nenhuma das empresas produtoras de equipamentos de automatização era, na época, suficientemente dominante para impor os seus próprios padrões. A Boeing estaria também tentando chegar a um acordo de padronização semelhante. A necessidade de integração e compatibilização entre as várias partes do equipamento, instalado e a instalar, ou seja, a padronização e a criação de redes, levou a associações entre os produtores deste tipo de equipamento, e entre os produtores e os grandes compradores. Essa complexa integração é o que teria impulsionado, caracterizando-a, a chamada *revolução digital*?

A atual revolução digital ao transformar tudo faz com que qualquer máquina de comunicar tenha imagem, texto e som, o que permitiu criar um sistema de comunicação, não só no sentido de intercâmbio de mensagens, mas de comunicação no sentido de transporte de mercadorias; como as autopistas da comunicação, que são as novas vias pelas quais circula a riqueza, e isto é o que teria produzido a globalização, como analisa Ramonet (2001). Sendo a globalização em grande medida um fenômeno financeiro, o que circula essencialmente são ordens de compra e venda de valores especuláveis, fazendo com que haja, em algum lugar do mundo, uma bolsa aberta a qualquer momento do dia. Bastando mandar, a partir de um computador, uma ordem de compra de valores especuláveis e, por conseguinte, “a bolsa se fez completamente global, completamente universal no sentido de que se fez planetária e que está aberta sempre em algum momento e estes valores especuláveis são os que explodiram. Por isso se fala de ebulição especulativa ou de ebulição financeira” (RAMONET, 2001, p. 01)..

Por outro lado, é possível hoje, com as novas formas de comunicação, que se expandam e se diversifiquem quase que incessantemente as atividades empresariais. Ramonet (2001) ressalta que as grandes empresas que investem na comunicação nem sequer são empresas de comunicação no sentido tradicional da palavra. Por exemplo, hoje uma das maiores empresas de comunicação (se não for a maior) do mundo é a *American On Line*, um portal de acesso à internet, que já comprou *Time-Warner* e a *CNN*, que era o grupo comunicacional tradicional mais importante. De igual maneira, vemos que há grupos que pertencem ao setor da telefonia e que não estavam antes dentro do grupo da comunicação. Tais empresas telefônicas são as que adquirem as cadeias de televisão, as cadeias de rádio, as que adquirem todos os setores das atividades ligadas à comunicação ou ao ócio ou bem as empresas elétricas, analisa o autor.

Mas, para se realizar tais operações, não se pode esquecer, é necessária - antes de tudo - a produção. De fato, a indústria não pode viver sem o capital financeiro, ou seja, o capital industrial necessita integrar todos os circuitos do dinheiro. Dessa forma, em meu entendimento, o capital financeiro é necessário para que se possa convergir as poupanças das pessoas para o setor produtivo. De modo que as verbas especulativas

---

sociais do capital. Atribui à mais-valia lugar central no modo de produção capitalista, visto que resulta da capacidade que a força de trabalho tem de despendar um tempo superior àquele que incorpora. E, por assim considerar, privilegia o processo de produção como a esfera ou "*locus*" dessa relação contraditória. (BERNARDO, 1991).

têm que existir, posto que sem elas a produção também não existe. Marx deixa isso bastante evidente em *O capital*. O papel da tecnologia informática é então o de facilitar na verdade a concentração de capital. Nesse sentido, Manacorda (1992, p. 145), atualiza para os tempos dos computadores a questão de se fazer de forma mais precisa possível o cálculo da produtividade da força de trabalho, do tempo de duração desse trabalho e das disciplinas necessárias para assegurar essa exploração dentro e fora do centro de trabalho, e ainda analisa que “o computador passa assim a ser o suporte de um sistema de informação hierárquico, burocrático e centralizado. A direção da informação é sempre da periferia ao centro, a integração tem lugar só na ponta e as virtudes da relação informação-decisão afetam somente ao organismo central”. A chamada Sociedade da Informação, entretanto, com a promessa de ser para todos, na verdade conserva os antigos mecanismos centralizados de controle social, principalmente através do controle do trabalho.

## TECNOLOGIA E TRABALHO

Sabemos que há uma relação intrínseca entre a concentração de capital, o aumento da extração da mais-valia relativa dos trabalhadores e o papel da tecnologia, considerando que a própria globalização apresenta uma nova edição da dependência tanto mais competitiva. Demo (2000, p. 115 -116) analisa que na globalização o capital tem toda a liberdade de transitar e a ele servem todas as inovações da informatização. Por outro lado, no que diz respeito ao trabalho, este estaria aprisionado a uma situação concreta, cada vez mais precarizada. Para o autor, antes da globalização, o fator trabalho era mais livre, e até mesmo quando se aponta para o possível ganho de liberdade com as novas formas de presença virtual, esta é valorizada pela produtividade alternativa que oferece, e não como chance humana.

Sem dúvida, a formidável racionalização intensiva da atividade produtiva é devida, grandemente, às novas tecnologias, elevando a altos patamares a economia de escala. As novas tecnologias potencializam aquilo que Marcuse (1973, p. 154) já denominava como a garantia da **grande racionalização da não-liberdade do homem** e demonstram a impossibilidade **técnica** de a criatura ser autônoma, de determinar a sua própria vida. Isso porque essa não-liberdade não parece irracional nem política, mas antes uma submissão ao aparato técnico que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho. A racionalidade tecnológica protege, assim, em vez de cancelar, a legitimidade da dominação, e o horizonte instrumentalista da razão se abre sobre uma sociedade racionalmente totalitária, analisa Marcuse.

Com tais pressupostos, pode-se refletir que como paradigma do que alguns têm chamado de sociedade pós-industrial ou sociedade da informação aparecem dois níveis, conforme analisa Bustamante (1993, p. 199). Em um nível superficial, surgem grandes áreas da produção, dos serviços e do fluxo de informação postos sob controle informático, diminuindo desta maneira a participação do trabalho e a intervenção nas tomadas de decisão por parte do homem. Mas a participação do trabalho teria de fato diminuído ou, de outra forma, teria se modificado? Minha argumentação orienta-se mais no sentido de que, com as novas modalidades de administração do trabalho, conjugadas com as novas tecnologias, há um aumento do fator trabalho na composição orgânica do capital devido às formas renovadas de concentração de tempo de trabalho durante sua extração; ou seja, devido a um novo patamar de mais valia-relativa. Ainda que seguramente postos de trabalho tenham sido drasticamente diminuídos devido aos processos de automação.

## A CENTRALIDADE DO TRABALHO: PARA A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E PARA O CONTROLE SOCIAL

Mas, ao contrário de se pensar em uma expansão do capitalismo, terá razão Kurz (1999) que, ao defender sua tese de colapso da modernização, atribui à derrocada do *socialismo de caserna* parte de uma crise mais geral, do sistema produtor de mercadorias, que estaria moribundo? Para esse autor o capitalismo chegou a seu limite, está em crise, devido à incapacidade do sistema de absorver a intensificação da produtividade por ele próprio engendrada. Tal aumento de produtividade estaria significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, o que significaria que o capital, com isso vêm perdendo a faculdade de explorar trabalho. A novidade dessa crise se deve à incorporação da ciência ao processo produtivo, a partir da qual o peso da classe trabalhadora seja do ponto de vista numérico, seja do ponto de vista da natureza do processo, entra em declínio.

Mas como considerar que o capitalismo chegou a seu limite com tão alto grau de expansão em que se encontra? Atribuo razão a Antunes (1995) que, no debate a cerca da centralidade do mundo do trabalho, elabora tese favorável a tal centralidade. Castro (1998, p. 07) soma também a essa perspectiva, ao dizer que a importância ou centralidade do trabalho vivo (cujo peso não é proporcional ao volume e potência dos novos meios de produção corpóreos - *hard* - nem aos incorpóreos - *soft*) está longe de diminuir, e sim aumenta, devido ao crescente papel da “organização científica” dos processos de concepção, produção e circulação de mercadorias.

De fato, a partir de meados dos anos 70, com a crise da organização do trabalho, ou seja, dos modelos taylorista e fordista, as empresas são obrigadas a modernizar-se, a formar sua mão-de-obra, a substituir os operários especializados por assalariados mais qualificados e máquinas automatizadas. Com isso, há aumento do desemprego, instalando-se mais uma crise econômica. Contudo, nos anos 1970 e 1980, há grandes mudanças: a era da informática, o império da tecnologia, a aceleração da internacionalização. Antunes (1995) analisa que, a partir da década de 1980, o capitalismo avançado transforma o mundo do trabalho, criando sim uma crise na classe trabalhadora, que atingiu a sua materialidade e a sua subjetividade. Tal fato, no entanto, ao contrário de destituir o trabalho de uma centralidade na sociedade atual, coloca-o, assim como a classe trabalhadora, em posição de luta ou de emancipação do e pelo trabalho. Nesse sentido, afirma o autor, a revolução de nossos dias é uma revolução no trabalho: abolindo o trabalho abstrato, instaurando uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto, no trabalho social emancipado. Tem-se uma revolução do trabalho, já que este se encontra no amplo leque de indivíduos que compõem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador.

Também, no que diz respeito à capacidade do sistema de explorar trabalho, Antunes (1995) analisa que o sistema **toyotista**, como parâmetro das novas formas internacionalizadas de controle do trabalho, supõe uma intensificação de sua exploração<sup>3</sup>. Tal intensificação se expressa, entre outros elementos, quer pelo fato

---

<sup>3</sup> Tumolo (1998), argumenta que os métodos e práticas japoneses não significam, necessariamente, uma ruptura radical com os princípios centrais do fordismo e, dessa forma, pode-se compreender melhor o modelo japonês de gestão como um amálgama entre as teorias correntes de organização.

de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do sistema de luzes que possibilitam ao capital intensificar - sem estrangular - o ritmo produtivo do trabalho. Com isso, a porosidade no trabalho é ainda menor que no fordismo.

A flexibilidade requerida hoje nos processos de trabalho, de acordo com a formulação de Tumolo (1998), advém da chamada “crise de superacumulação”, de 1973, que possui papel determinante em todo este processo, pois ela demarca, não só a crise do modelo fordista-keynesiano - o que não significa, em absoluto, a sua eliminação -, como também, e principalmente, a necessidade de o capital gerar e construir um novo padrão de acumulação, que Harvey (1994) denomina **acumulação flexível**. Contraindo-se à rigidez do fordismo, ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível, segundo Harvey, envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento do emprego no chamado «setor de serviços», bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (exemplos são a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, além da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). A acumulação flexível envolve um novo movimento que o autor chama de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista: os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado.

Analisando o papel das categorias do modernismo e do pós-modernismo para a análise da sociedade atual, Harvey (1994, p. 164; 305) afirma que as mesmas devem ser “dissolvidas” num complexo de oposições que exprime exatamente as contradições culturais do capitalismo. Nesse caso, argumenta, a rígida distinção categórica entre modernismo e pós-modernismo não mais existiria, posto que a acumulação flexível “ainda é uma forma de capitalismo”. Pode-se dizer o mesmo do fordismo e da acumulação flexível (que para o autor é mais abrangente que se falar em modelo japonês), cuja rígida distinção categórica desaparece, dando lugar a uma análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo. Nessa perspectiva, algumas proposições básicas de análise da sociedade, enquanto capitalismo se mantêm e são necessárias para a apreensão dos diversos processos produtivos, o que obriga aqui o resgate tanto de Marx quanto de outros autores que estudaram profundamente o sistema.

Porém, contestando o papel do trabalho na sociedade contemporânea, renomados estudiosos vêm insistindo na tese de que o trabalho assalariado teria deixado de ser o fundamento estruturante da sociedade moderna. Sendo um dos mais importantes deles, Habermas (1983, p. 330-331), quem afirma que a ciência e a técnica tornaram-se, desde o fim do século XIX, a principal força produtiva, fazendo decair as condições de aplicação da teoria do valor do trabalho de Marx. O pensador considera não ser mais sensato querer calcular as verbas de capital, para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, à base do valor da força de trabalho não qualificado (simples). Isso

porque o progresso técnico-científico teria se tornado “uma fonte independente de mais-valia, face à qual, a única fonte de mais-valia considerada por Marx, a força de trabalho dos produtores imediatos, perde cada vez mais seu peso”.

Habermas não considera em sua análise, todavia, que Marx desenvolve também em “**O Capital**” a *teoria da mais-valia relativa* e do trabalho complexo enquanto múltiplo do trabalho simples; em que a premissa básica é o fato de que, como na mais-valia absoluta, os trabalhadores não são livres para não venderem a sua força de trabalho, de vez que não possuem outro meio de sobrevivência. Nesse fato, as posições de explorador e explorado são posições de classe, definidas pelo acesso aos meios de produção. Se a história da produção do capitalismo pode ser entendida como a luta entre a tentativa do capital de aumentar a taxa de mais-valia e a tentativa, de parte da classe trabalhadora, de resistir a este aumento, isto ocorre devido a duas maneiras, que são a extração da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa.

Recordemos que a mais-valia absoluta engloba o crescimento da taxa de mais-valia através de um aumento do valor total produzido por cada trabalhador sem alteração do montante de trabalho necessário. Isso pode ocorrer devido a uma ampliação (intensiva ou extensiva) da jornada de trabalho que, no entanto, pode se defrontar com a resistência organizada da classe operária e atinge limites físicos. Por sua vez, a mais-valia relativa é introduzida no processo de produção quando a mais-valia absoluta atinge seus limites, restando ao capitalista, como alternativa, a implementação da mais-valia relativa, que tem a função de aumentar o valor total do que cada trabalhador produz. Nessa modalidade é mantida a mesma duração da jornada de trabalho, que é dividida em novos fatores de modo a obter mais mais-valia a ser apropriada pelo capital. Isso requer a redução do tempo de trabalho necessário, quer dizer, uma redução no valor da força de trabalho. A extração de mais-valia relativa pode ocorrer tanto ao se reduzir a quantidade de valores de uso consumidos pelo trabalhador, ou reduzindo-se o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mesma quantidade de valores de uso. Em ambos os casos, o mecanismo é o crescimento da produtividade.

Esse segundo caminho direciona a ação dos setores de ponta do capitalismo, como hoje são os da informática e dos serviços, que se pautam pela transformação contínua de seus métodos de produção e pela introdução incessante de inovações tecnológicas. Isso porque, através da mudança técnica, o tempo de trabalho socialmente necessário de determinados bens pode ser reduzido. Aumentos na produtividade resultantes de novos métodos de produção (nos quais o trabalho morto sob a forma de máquinas assume o lugar do trabalho vivo), reduzem o valor dos bens individuais produzidos. Quando isto se aplica aos bens cujos valores se refletem no valor da força de trabalho - ou seja, bens que fazem parte do consumo do trabalhador -, o valor da força de trabalho cai e uma porção maior da jornada de trabalho pode ser dedicada ao trabalho excedente.

Por outro lado, a extração da mais-valia relativa resulta da partilha, entre todos os capitalistas, dos benefícios dos aumentos de produtividade em algum setor que produz bens de consumo dos trabalhadores. Essa partilha é consequência do processo de circulação e da concorrência capitalista, através das quais os lucros extras de um capitalista inovador são perdidos gradualmente à medida que o valor do produto cai quando as novas técnicas são adotadas pelos concorrentes. Mas a



mais-valia relativa não ocorre como um processo consciente para os capitalistas, cujo objetivo é reduzir seus próprios custos individuais com vistas ao aumento de seus próprios lucros. Embora a extração de mais-valia absoluta seja característica dos períodos iniciais do desenvolvimento capitalista, ambas caminham conjuntamente com a mudança técnica, sendo que a extração de mais-valia relativa prepara as bases para um impulso renovado de extração de mais-valia absoluta.

Esse movimento entre mais-valia absoluta e relativa pode ser depreendido da análise seguinte de Gramsci (1968, p. 405) sobre o fordismo. O pensador afirma que a coerção do trabalho tem de ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e que isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição salarial que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho. Mas, diz o autor nessa mesma passagem: “logo que os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, logo que o tipo novo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar mais ainda, o *turnover* excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala, e os altos salários desaparecerão”. É porque retornou-se do patamar de mais-valia relativa para o de mais-valia absoluta. A técnica e a tecnologia têm papel básico em tal mecanismo.

### **SOBRE AS FUNÇÕES DA TÉCNICA E DA TECNOLOGIA**

É necessário conservar na discussão sobre a produtividade do trabalho a dualidade, própria do marxismo, entre o processo de produção do valor de uso e o processo de produção de valor (mais-valia). Os meios de produção no capitalismo têm um aspecto dual semelhante. E mais, a técnica e a tecnologia podem ser tanto meios do capital como meios de emancipação dos trabalhadores, como vêm demonstrando algumas das lutas sociais contemporâneas, especialmente os movimentos alterglobalização. Assim, do ponto de vista do processo de trabalho, os meios de produção são os meios que servem à atividade produtiva intencional, e o operário está ontologicamente relacionado com os meios de produção enquanto elementos essenciais para a objetivação da atividade de trabalho em produtos. Do ponto de vista do processo de valorização, porém, os meios de produção são os meios para a absorção do trabalho humano.

Sendo então uma relação social coercitiva, o capital vale-se do trabalho excedente dos outros, prerrogativa esta justificada pelos direitos de propriedade privada e assegurada, em última análise, pelas forças coercitivas também do Estado. Isso demonstraria a demagogia que representam as teses contemporâneas de defesa incondicional do liberalismo democrático como as de Fukuyama. De modo que para se compreender a sociedade da era da informação é importante ter como perspectiva o seguinte: a inversão da relação entre trabalho já objetivado nos meios de produção, ou trabalho morto (como é o computador, ou a informação) e força de trabalho em movimento, ou trabalho vivo, é característica do capitalismo atual; e reflete-se na ideologia dominante como uma confusão entre o valor dos meios de produção, por um lado, e a propriedade que estes possuem de, como capital, se valorizarem, por outro lado. Os meios de produção são vistos, então, como produtivos - como os computadores -, quando, na verdade, apenas o trabalho é capaz de produzir coisas. Essa argumentação creio, desmistifica a idéia em voga da “imaterialidade” das informações ou do conhecimento.

Afirmou-se uma tendência entre os marxistas a considerar a tecnologia capitalista avançada como forma necessária de organização do processo de trabalho, quaisquer que fossem as relações sociais de produção. Mesmo porque não há dúvida de que a utilização da ciência na busca de ganhos de produtividade levou a um crescimento extraordinário do capitalismo, apesar da depressão, do fascismo e das guerras mundiais. Mas, com tal tendência, a tecnologia passou a ser considerada como neutra em relação às classes, e sua natureza autoritária e hierárquica como uma função das relações de produção predominantes. Esta perspectiva associava-se de perto, a uma outra concepção: uma interpretação da história segundo a qual esta é dominada pelo progresso das forças produtivas, e o desenvolvimento da tecnologia é considerado como um processo contínuo, linear, de avanço, que determina quais as relações de produção adequadas a determinados momentos. A tecnologia, e não a luta de classes, tornava-se assim o motor da história. Essas duas perspectivas receberam grande reforço com o entusiasmo com que Lenin adotou os princípios da “administração científica” de Frederick W. Taylor, como um dos meios pelos quais a URSS deveria alcançar e ultrapassar o capitalismo. Assim, em 1918, Lênin (1979) observou que o taylorismo,

(...) como todo progresso capitalista, é uma combinação da brutalidade refinada da exploração burguesa com algumas das maiores realizações científicas no campo da análise dos movimentos mecânicos durante o trabalho, a eliminação de movimentos supérfluos e canhestros, a elaboração de métodos corretos de trabalho, a introdução de um melhor sistema de contabilidade e controle, etc. A República Soviética deve, a qualquer preço, adotar tudo o que for valioso nas realizações da ciência e da tecnologia, nesse campo. A possibilidade de construir o socialismo depende exatamente do nosso sucesso em combinar o poderio soviético e a organização da administração soviética com as realizações modernas do capitalismo.

Em um grande texto sobre a revolução científica-técnica que reúne mais de cem informes, apresentados à Conferência Teórica Internacional de maio de 1979 em Moscou, há também, junto a algumas críticas certeiras a de como o capitalismo transforma e desvirtua a ciência e a tecnologia, uma concepção de ambas que não supera qualitativamente a concepção burguesa desde o século XVII em diante; e que menos ainda questiona a sua racionalidade instrumental neutralista, no sentido de que, o grosso desta tecnologia e desta ciência, pode aplicar-se tal e qual ou apenas com alterações de forma ao socialismo real. De modo que se pode analisar como correta a apreciação de que a consequência principal, no Ocidente, da concepção “tecnologista” da história foi à estagnação da análise marxista das transformações da estrutura de classes nos países capitalistas adiantados, abrindo assim o caminho para uma variedade de sociologias pós-capitalistas ou pós-industriais que proporcionaram boa parte dos fundamentos ideológicos da social-democracia, particularmente na década de 1950. Mas, a partir de fins da década de 1960, a atenção dos pensadores marxistas foi se voltando, gradualmente, para a redescoberta do processo capitalista de trabalho, como parte da retomada da análise marxista do capitalismo (SAN VICENTE, 2001, p. 01).

Nessa perspectiva, os computadores, os *softwares* e *hardwares* são meios de produção e, enquanto tal, são valores de uso consumidos no processo de trabalho, o que faz com que o trabalho realizado nos computadores seja trabalho produtivo. Assim como o trabalho realizado *pelos* computadores, já que, anteriormente à sua produção, foi nele incorporado tempo de trabalho de um trabalhador. Reitero, de outra forma então, que o trabalho, portanto, continua na sociedade atual sendo a estrutura fundamental e considerando que a exploração, agora mais sofisticada do

trabalho intelectual vai demandar, por um lado, novas formas de controle e, por outro lado, novos requisitos para a classe trabalhadora. É por demais elucidativo da centralidade que o trabalho continua ocupando na sociedade atual a passagem do taylorismo ao toyotismo, como significando o abandono de um sistema em que se explorava predominantemente o trabalho manual para outro em que se explora cada vez mais a componente intelectual do trabalho, correspondendo então a um aumento de mais-valia relativa. Com o que se realizaram as modalidades de desconcentração industrial e os novos padrões de gestão da força de trabalho. Neste último aspecto, especificamente no campo da educação, através das mudanças na administração e dos currículos escolares, para as quais têm papel central as avaliações sistemáticas em todo o sistema escolar.

Também no campo da relação entre trabalho e consumo, a centralidade atual do trabalho foi detidamente percebida por Klein (2002, p. 357-358), quando analisa a atual «combinação perturbadora» de marcas celebradas e as “condições de produção cruéis que transformou a Nike, a Disney e a Wal-Mart, entre outras, em metáforas poderosas para uma nova e brutal forma de fazer negócios”. Em uma só imagem, a exploração de mão-de-obra da produção de marca conta a história, diz Klein, das obscenas disparidades da economia global: executivos corporativos e celebridades recebendo salários tão altos que “desafiam a compreensão”; bilhões de dólares gastos em *branding*<sup>4</sup> e publicidade – sustentados por um sistema de favelas, fábricas miseráveis e a miséria de expectativas frustradas de jovens e mulheres como as das Zonas de Processamento de Exportação, lutando para sobreviver. Empresas que, ao mesmo tempo, exploram um novo proletariado de formação universitária e um subproletariado praticamente analfabeto.

Observe-se que essas empresas conseguem reunir tudo isso nos mesmos processos produtivos, ficando assim incluída neste desenvolvimento desigual a contradição trabalho qualificado convivendo com desqualificação. Assim como nos permite compreender, especificamente para a educação, a convivência *pacífica* e *necessária* de escolas diferenciadas para as classes trabalhadoras: para os miseráveis, para os pobres, para ou *mais-ou-menos*, para os *remediados*... Essa situação é análoga, em meu entender, àquela que analisa Fidalgo (1999, p. 22), ao dizer que cada um dos diferentes “segmentos do mercado de trabalho correspondem concepções e propostas de formação de competências e, por conseguinte, de meios que assegurem a chamada *empregabilidade*”. Tais circunstâncias fazem com que as políticas estatais em educação e capacitação técnica, as necessidades produtivas e os sistemas de controle social, resultem em um sistema mais ou menos eficaz e integrado de fortalecimento da economia capitalista.

---

<sup>4</sup> Branding é uma visão (relativamente nova) estratégica do negócio complementada com ações específicas que valorizam uma marca, colocando-a no foco da gestão da empresa, ajudando-as a buscar seus objetivos e alcançar o sucesso desejado; transmite o que a empresa pretende dizer ao seu cliente, quais valores ela quer transmitir, qual o seu público-alvo e como gostaria de ser vista. A elaboração do branding baseia-se em pesquisa, planejamento inteligente e criatividade, aliando os objetivos do plano de marketing a um projeto com estética diferenciada e funcional. Por meio do branding uma empresa pode se diferenciar da concorrência e criar uma conexão com seus clientes por meio da fidelidade. Um dos lemas de tal política é de que um cliente satisfeito pode deixar de procurar um produto ou serviço de uma empresa, mas a chance de um cliente fiel fazer o mesmo é muito menor.

## A TECNOLOGIA INFORMÁTICA: CONTROLE SOCIAL E MAIS-VALIA RELATIVA

Já fora trazida por Mumford (1971), a discussão de que, por meio da técnica, a indústria avançada se apóia na organização racional, no controle social e, - na pressão fisiológica e psicológica. Na sociedade informatizada tais relações se tornam mais complexas, conforme aborda Bustamante (1993), quando analisa que os sistemas automatizados começam a assumir a manutenção das *funções metabólicas* essenciais do sistema social, de forma muito parecida a como o sistema nervoso vegetativo regula o metabolismo do organismo humano. Em uma mesma perspectiva, Lamikiz (2001, p. 05) nos convida a recordar a advertência lançada por Aldous Huxley nos anos trinta:

Em uma época de tecnologia avançada, o maior perigo para as idéias, a cultura e o espírito poderia vir antes bem de um inimigo de rosto sorridente que de um adversário que inspire terror e ódio. E como o conseguimos? Como se desmascara ao 'inimigo de rosto sorridente?' A tarefa é difícil porém não impossível. Em primeiro lugar há de se ter em conta que as multinacionais se converteram em verdadeiras máquinas de seduzir. Não só dispõem de importantes recursos financeiros para publicidade e marketing, senão que, além disso, controlam as ações dos principais meios de comunicação.

Não basta mais, portanto, o controle material e ideológico no próprio processo de produção e aquele que se fazia no seio da sociedade para garantir o processo de acumulação. Isso talvez se explique porque se flexibilizou sobremaneira o trabalho nessa sociedade, fragmentando a classe trabalhadora, seja nos locais tradicionais de trabalho quanto nos novos. E, por outro lado, porque muitas lutas sociais vêm se desenvolvendo de formas também novas, ainda não dominadas, o que nos faz crer na possibilidade de “desmascarar o inimigo”.

Por ora, o problema é constatar o fato de que, marcado centralmente pelo papel importante da informação e da comunicação, o capital se reproduz enormemente com extrema velocidade porque atravessa, ultrapassa e supera todas as fronteiras nacionais com extraordinária competência. Somente as tecnologias atuais, em especial a informática e as telecomunicações - por serem redes de comunicação interativas e interdependentes - poderiam permitir tal ofensiva. Sem dúvida, conforme relata Silveira (2001, p. 09), as redes de comunicação informacionais recobrem todo o globo como uma camada invisível, tornando instáveis as economias nacionais dependentes de fluxos de capital. No entanto, cabe observar que o autor se refere aqui aos chamados fluxos instáveis, que operam ao nível das bolsas de valores e dos mercados cambiais. Deste tipo de fluxo originam-se a instabilidade cambial e monetária decidida fora dos governos e do país<sup>5</sup>. Assim, pode-se afirmar que as telecomunicações participam dessa revolução informacional como elemento essencial. Quanto mais rapidamente se transferir informações, mais rapidamente se pode também transferir o capital e lucrar com as oscilações do mercado, e com isso alimentar o capital dito produtivo.

De forma que o capital está tornando as redes cada vez mais dependentes dele. Sabe-se que as atividades humanas repetitivas podiam ser informatizadas, mas hoje

---

<sup>5</sup> Desse tipo de fluxo de capital deve ser distinguido o dos investimentos externos diretos, que são duradouros - como criar empresas -, e mobilizam terceirizadas. A consequência disso é que os centros de decisão econômica se deslocam dos governos e passam para as direções das empresas transnacionais.

todas as operações podem ser realizadas, ordenadas ou compartilhadas de maneira remota por intermédio das redes informacionais. Tal processo, segundo Dantas (1996), é vital para o capital aumentar seu valor no processo de acumulação permanente. O tempo de circulação do capital se reduz quando a mercadoria mais valiosa, o bem de maior valor agregado, é a informação. Pode-se assim dizer que o capital-dinheiro assume o formato de capital-informação (DANTAS, 1996). Ou que a economia tende a ser uma *economia digital*, com alegou Tapscott; ou caminha para transfigurar-se na *Economia da Informação*, na análise de Carl Shapiro e Hal Viana, citados por Silveira (2001, p. 09). Nesse caso, a informação aparece claramente enquanto tecnologia, sistema, veículo, como fator de produção. Porém, não se deve esquecer que a informação é, por outro lado, conteúdo, bem de consumo.

Ao mesmo tempo, devido a tais circunstâncias, as empresas puderam criar também uma globalização informativa, que significa, diz Beck (1999, p. 37), a transcendência de uma rede de informação global, via satélite, que não permite mais que haja soberania informativa do Estado nacional como parte de sua soberania política. Na verdade, justamente por que as novas tecnologias não são, mais do nunca, somente meios ou instrumentos, é que definitivamente têm de estar sob o controle direto das transnacionais. Situação que confirma uma das tendências apontadas pela Escola de Frankfurt, da crescente integração entre o econômico e o político em que os monopólios, hoje as transnacionais, se organizam e intervêm para salvaguardar e manter os processos econômicos.

Através das tecnologias de comunicação se operam duas das mais importantes políticas capitalistas atuais: a *volatilidade* dos investimentos de capitais - através dos fluxos instáveis de capitais -, representando isto uma "concentração da liberdade de ação, sobretudo, de mobilidade do capital, sendo o combustível que faz com que a riqueza cresça mais do que nunca", na expressão de Beck (1999, p. 106-107); e, de outra forma, a propagação e comercialização das logomarcas, - ou melhor, das imagens das marcas, através do marketing - das empresas transnacionais, que produzem em suas sedes bens simbólicos, marcas e tecnologias estratégicas.

A Benetton, por exemplo, centrada na Itália, exporta praticamente apenas o *design*. Isso é explicado por Klein (2002, p. 31-32) considerando o fato de que décadas de marketing e favorecimento de marcas agrega muito mais valor a uma empresa do que seus ativos e vendas anuais. Assim, seria ingênuo pensar que foi somente o capital financeiro que assumiu a comunicação mediada por computador, alerta por sua vez Silveira (2001, p. 09). A velha indústria também se comunica pelas redes. Matrizes e filiais, bem como empresas principais e empresas terceirizadas, estão cada vez mais conectadas em *intranets* ou utilizando a própria internet. François Chesnais, em 1996, já apontava o surgimento das *corporações-rede*, e Castells (1999) estuda como a sociedade atual se estrutura em rede, o que a faz também exportar signos, bens simbólicos. Toda essa produção pode ser convertida em linguagem digital e imediatamente enviada para qualquer parte do mundo à velocidade da luz, conforme elucida Silveira (2001). Assim, as telecomunicações e a informática tornaram-se meios fundamentais para fazer resultar somas estrondosas de concentração de capital.

Portanto, as tecnologias da informação e comunicação, TIC, têm papel central no novo padrão de acumulação. Por outro lado, a sua difusão cada vez mais intensa, embora de forma irregular e desigual, vem exigindo reestruturações econômicas, sociais e políticas. De outra forma, Lastres *et. all* (2003, p. 539) salientam que vêm ocorrendo mudanças

fundamentais nas formas de gestão e organização empresarial, gerando maior integração nas diferentes funções da empresa, assim como maior interligação entre empresas e destas com outras instituições, destacando-se os casos de integração entre usuários, produtores, fornecedores e prestadores de serviços, os quais usam intensivamente as TIC e dependem crescentemente de informações e conhecimentos. Em meu entender advém desse quadro as políticas atuais em curso de *flexibilização* das relações de trabalho, assim como as mudanças educacionais por meio de sua mercantilização, como bem expressa a crítica de Oliveira (1998), em “**Escola ou Empresa?**”.

### **FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO**

Os dividendos exorbitantes para o capital se efetivam através de uma drástica combinação - para as classes trabalhadoras - entre a redução dos postos de trabalho em alguns setores, o aumento dos postos de trabalho em outros, e de uma difusão do trabalho precário em todo o mundo; o que ocorre em íntima relação com o desenvolvimento, ou não desenvolvimento tecnológico, como análise em outro trabalho (HORTA, 2004).

Como já aqui fora analisado, a posição do trabalho, concebido como postos de emprego estáveis, é modificado em função do papel do conhecimento, da ciência e das novas tecnologias, como fontes de acumulação de capital. Através da chamada tecnociência, especialmente com as telecomunicações e demais tecnologias organizacionais (também a robótica, a microeletrônica, a biotecnologia, por exemplo) se aliou, como nunca, ciência com tecnologia no sentido de incrementar os processos produtivos. Com isso, substituiu-se em larga escala parte da força de trabalho por aparatos tecnológicos que executam o trabalho que antes era feito por vários trabalhadores. Assim, uma das consequências da disseminação de um novo paradigma econômico e produtivo baseado na informação é o desemprego tecnológico, com postos de trabalho sendo substituídos por *softwares* e leitores óticos de códigos de barras. No entanto, ao mesmo tempo em que se desempregou tal parcela dos trabalhadores, obrigou-se a uma outra parte da força de trabalho a adquirir novas qualificações. O fato é que a transnacionalização da economia, conforme analisa Bernardo (2000, p. 58), alterou o perfil da classe trabalhadora, internacionalizando uma parte dela, que se diferencia da restante por ter uma situação de emprego relativamente privilegiada.

De modo que a flexibilidade do trabalho representa a característica central, o paradigma das transformações atuais da organização do trabalho, conforme a seguir analisa Buonfiglio e Dowling (2000). Os autores explicam que quer se trate de trabalhadores do núcleo central do mercado de trabalho - ou seja, ainda com relativa estabilidade ou proteção - quer se trate dos demais, que oscilam entre as várias formas dos chamados “contratos atípicos” ou da flexibilidade própria das empresas subordinadas, a flexibilidade acompanhada de precarização é a norma. Para uns tal flexibilidade significa intensificação ou realização de trabalho-extra (flexibilidade funcional e no uso da força de trabalho - horários, turnos, cargas de trabalho; ou flexibilidade salarial, que quer dizer quase sempre menores ingressos ou salários). E, para outros trabalhadores, flexibilidade significa oscilação entre períodos de emprego e de desemprego, incertezas, ou ainda, um grau de exploração que nos leva aos primórdios da industrialização (inexistência de legislação ou proteção, baixíssimos salários, longas e extenuantes jornadas). Tem-se, então, um quadro mundial de formas

assustadoras de precarização do trabalho, combinadas com desemprego, diminuição do trabalho formal, e pauperização dos trabalhadores empregados. Além da exclusão de milhares de pessoas de qualquer tipo de trabalho remunerado mais ou menos regular.

Cresce com isso a pobreza global, além de que são criadas divisões entre os trabalhadores em escala mundial (ainda mais significativas que antes), em boa parte decorrentes da imigração, vista como uma ameaça ao emprego, analisa Bernardo (2000, p. 59). A questão da imigração é um dos elementos oportunos para analisarmos a questão das possibilidades de desenvolvimento nacional que se poderia visualizar, ou não, para os países subdesenvolvidos. Nesse sentido, Rivero (2002, p. 27) discute que a existência de uma banalização da autodeterminação desses países, somada à perda de seu valor estratégico (junto às antigas potências da guerra-fria), está sendo paga hoje por milhões de jovens desempregados nos países que conseguiram sua independência em meados do século XX. “Jovens que, por ironia do destino, só pensam em emigrar para a antiga metrópole colonial, contra a qual se insurgiram seus pais e avós para legar-lhes um Estado-nação. Em vista disso, não surpreende que os habitantes de Porto Rico e da Ilha de Palau, no Pacífico, não desejem tornar-se independentes dos Estados Unidos, e que o povo das Comores desejem ser recolonizados pela França.”, diz o autor. Para Bernardo (2000), o problema da imigração remete para outra divisão, mais fundamental, que distingue a força de trabalho qualificada da pouco qualificada, e aí o problema central é o desemprego.

De modo que a questão da flexibilização das relações de trabalho também é elemento importante para o desenvolvimento atual da concentração do capital transnacionalizado. De fato, segundo Gorz, citado por Beck

(...) os países da UE têm enriquecido nos últimos vinte anos em uma porcentagem que oscila entre 50 e 70%. A economia tem crescido muito mais depressa que a população. E, no entanto, a UE conta agora com vinte milhões de desempregados, cinquenta milhões de pobres e cinco milhões de pessoas sem teto. Nos EUA se sabe que o crescimento econômico só tem enriquecido aos 10% mais ricos da população, que tem concentrado 96% da riqueza produzida. Na Alemanha, os benefícios das empresas têm aumentado desde 1979 em 90% apesar de que os salários só o têm em 6%. Porém, os ingressos fiscais procedentes dos salários se têm duplicado nos últimos dez anos, enquanto que os ingressos fiscais por atividades empresariais se têm reduzido à metade, representando somente 13% dos ingressos fiscais globais. Nos demais países há semelhanças com esta situação. A maioria das firmas multinacionais, como Siemens ou BMW, já não pagam em seus respectivos países nenhum imposto. Enquanto que para a população se reduzem as prestações sociais, as pensões e os salários. (BECK, 1991, p. 22)

A situação presente das maiorias sociais justifica, sabemos, a proliferação das lutas sociais. Há também aí as contradições, desafios e problemas se avolumam, conforme a seguir brevemente será discutido.

## **ALGUNS DESAFIOS PARA AS CONCEPÇÕES ALTERNATIVAS DE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO**

No estágio transnacional de concentração do capital fez-se imperioso promover a uma reforma de fundo no sistema educacional em todo o mundo, para adaptá-lo à denominada “sociedade do conhecimento”. Esta, na análise de Lyria e Zahonero (2004) não tem nada a ver com uma sociedade de cidadãos sábios. Para os autores a expressão “sociedade do conhecimento” faz desaparecer completamente do

discurso relacionado com a educação termos como “Verdade” ou “Justiça”. Ao contrário, a “sociedade do conhecimento” se refere à constatação de que o aumento da produtividade e da competitividade passa, cada vez mais, pela inovação, definida não como a produção de conhecimentos novos, mas como sua difusão economicamente rentável. Lyria e Zahonero analisam que, assim, não somente se trata de constatar que,

(...) por exemplo, no setor agrícola, o aumento da produtividade passa mais pela investigação em engenharia genética que pela mecanização e a produção. Além disso, há que se destacar que o êxito de toda inovação depende também da aquisição de determinadas habilidades baseadas em certa gestão da informação e do conhecimento. Portanto, resulta evidente o interesse das grandes transnacionais em colocar a Universidade a gerar conhecimentos rentáveis. (LYRIA e ZAHONERO, 2004, p. 235-236)

Nesse contexto, por exemplo, é que se remodelam também os cursos de formação de professores no Brasil, como se faz atualmente com o curso de Pedagogia, da UFMG, em que as diretrizes centrais de sua reforma estão predefinidos pela lógica de mercado. Restando àqueles que de fato colocam a “mão na massa”, professores, funcionários e estudantes, decidir somente questões periféricas. Sob a mesma lógica se promovem as reformas educacionais desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, como analisam Friggotto (1998), Tumolo (1998), Hypolito (1998), Oliveira (2000).

Por outro lado, no que diz respeito às lutas sociais, ao seu papel econômico-político, conforme modelo de análise de Marx, elas são resultantes dos processos de exploração - portanto, intrínsecas a eles. Então, pode-se supor, como o faz Bernardo (1991), que as ações empresariais seriam respostas dos capitalistas às lutas sociais dos trabalhadores. No entendimento do autor, o processo aparentemente contraditório de redução dos horários de trabalho e de aumento de sua intensidade tem como impulso as sucessivas reduções da jornada impostas pelas classes trabalhadoras com suas lutas, que a cada vez os capitalistas recuperam, aumentando a complexidade das tarefas executadas no interior do novo horário.

A remodelação atual da força de trabalho ocorreria, na análise de Bernardo, porque os trabalhadores mostraram na prática, durante as lutas autônomas e mundiais dos anos 1960 e 1970, com a ocupação de empresas e a autogestão, que possuíam um saber não só no campo político, mas também no econômico. Esse saber deveria ser aproveitado, conforme “descobriram” os empresários. Viria daí a insistência em potencializar o componente mental ou intelectual dos trabalhadores, por meio das novas habilidades ou qualificações. Estas, no campo da educação, antes que os alunos ingressem no mercado de trabalho, deverão ser adquiridas de forma estratificada durante sua escolarização. O que explica, no Brasil, o conjunto das reformas educacionais como, por exemplo, a *flexibilidade* na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (1996), assim como a natureza dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ou as Avaliações de resultado em todo o sistema educacional. Interpreto que tais políticas compõem alguns dos mecanismos analisados por Fidalgo (1999, p. 17) como “normas capazes de favorecer a produção das capacidades de trabalho necessárias ao regime de acumulação de capital vigente”.

Além do vitorioso processo (ainda que desigual, mas, entretanto combinado) de *requalificação* da capacidade intelectual da força-de-trabalho, outro elemento a



reforçar o poder das transnacionais - no sentido da diminuição ao máximo de obstáculos para o processo de acumulação de capital - são as chamadas instituições democráticas. Ou, melhor dizendo, o lugar que é *permitido* às instituições democráticas pelas transnacionais. Uma dessas instituições são os sindicatos, que apoiavam em boa medida suas políticas no Estado (hoje debilitado, como se viu). É sintomático, nesse sentido, o que diz Furtado (2001, p. 21-29), quando afirma que a integração política planetária reduz hoje a ação reguladora dos Estados nacionais e, com isso, a atividade produtiva tende a ser planejada em nível multinacional, em que se prejudica o poder de negociação das massas trabalhadoras. Assim se explica para o autor a intensificação do desemprego, da exclusão social e da concentração de renda, não sendo mais possível o equilíbrio via ação reguladora do poder público. Nesse quadro não é curioso que, no Brasil, por exemplo, as instituições representantes de trabalhadores e estudantes continuem insistindo em reivindicar do Estado quando a hegemonia da política hoje pertence às transnacionais?

Especificamente o enfraquecimento dos sindicatos é analisado também por Rivero (2001), que aponta que nos Estados Unidos, por exemplo, a sindicalização diminuiu em mais de um terço, o que também está ocorrendo na Áustria, na França, na Alemanha, na Itália, na Suíça e na Grã-Bretanha. No caso da Europa, Lyria e Zahonero (2004, p. 253) analisam que a região está condenada a se convergir em um desastre. No que diz respeito aos retrocessos sindicais da luta operária, dizem que em esta "(...) em cinco minutos de descuido, de traição ou de equívoco, perdeu direitos que custaram milhares de vidas, décadas de greves, suor, fome e sacrifícios arrancar ao poder histórico dos patrões". Os autores apontam o fato de que o Estado de Bem Estar Social, que custara meio século para ser edificado, esteja sendo derrubado em uma ou duas legislaturas. Afirmam que não se sabe sequer em que momento se legalizou e se generalizou a demissão voluntária e o contrato de trabalho precário contra o qual lutaram gerações de trabalhadores. Mas, creio que, ao denominar como "paritarismo" a mediação surgida nos anos 90 para propiciar renovadas formas políticas de consenso entre os trabalhadores, empresários e Estado, Fidalgo (1999, p. 191) apresenta de que forma se *legaliza* um pacto em que se assentam os "parâmetros adequados ao novo regime de acumulação capitalista e à sua expressão concreta em cada realidade nacional". Neste quadro mundial, Rivero (2001, p. 34), por sua vez, *conclui* dizendo que tanto nos países industrializados como nos países pobres os sindicatos perderam poder e a voz política e que, atualmente, apenas 17% da força de trabalho do mundo está sindicalizada. O que resulta na baixa participação dos assalariados na renda nacional de todos os países.

Outra instituição, além das transnacionais, que ganha força no cenário político é a Organização Mundial do Comércio. Conforme analisa Klein (2002), essa instituição vem recebendo pressões dos movimentos sociais *alterglobalização*. Parece-me que tais movimentos, ao contrário de instituições tradicionais dos trabalhadores, vêm percebendo onde de fato está o poder. Dentre outras inúmeras ações, aqueles movimentos têm atuado no sentido de tentar obrigar a OMC a incluir o cumprimento de leis trabalhistas básicas como uma condição para o comércio global. No entanto, tal inclusão tem sido rejeitada pelas nações que compõem a OMC, que insistem que tal imposição é tarefa da Organização Internacional do Trabalho da ONU. A OIT "é o organismo competente para determinar e lidar com esses padrões, e afirmamos nosso apoio a esse trabalho em promovê-los", diz a Declaração Ministerial de Cingapura da OMC, de 13 de dezembro de 1996, conforme relata Klein (2002, p.

370). Contudo, quando a OIT se envolveu em iniciativas para elaborar importantes códigos de conduta empresariais, ela também foi impedida, diz a autora.

Ao mesmo tempo, muitos movimentos sociais vêm tentando reverter as tendências econômicas conservadoras na última década, também através da eleição de governos trabalhistas ou social-democratas. Mas, para Klein (2002, p. 369), isso ocorre somente para descobrir, indigna-se a autora, “que a política econômica continua inalterada ou serve ainda mais diretamente aos caprichos das corporações globais. Séculos de reformas democráticas que ganharam maior transparência em governos subitamente parecem ineficazes no novo clima de poder multinacional. De fato, as transnacionais estabelecem o programa político global”, constata.

Vale retornar neste ponto do texto com a discussão de que no seio do movimento social, uma forte corrente - o pós-modernismo - se implanta, querendo fazer crer que a luta de classes não é mais necessária. Esse é um dos fatores que faz com que nas universidades, por exemplo, haja falta de mobilização contra o absoluto domínio empresarial sobre a sociedade, inclusive sobre a academia, como constata Klein (2002, p. 128). A autora diz que uma boa parte dos professores estava (ou está) mais preocupada com sua própria concepção pós-modernista de que a verdade é um constructo. Essa concepção, analisa Klein, tornou intelectualmente insustentável para muitos acadêmicos sequer participar de uma discussão política que teria “privilegiado” um (o público) ou outro (corporativo) modelo de aprendizagem. “E uma vez que a verdade é relativa, quem pode dizer que os diálogos de Platão são *autoridade* maior do que *Anastasia* da Fox? “De outra maneira, Collins (1998), em sua *Sociologia das filosofias*, citado por Demo (2000, p. 99), critica também a corrente pós-moderna dizendo que ela nega a possibilidade de explicação geral da realidade, se esquecendo de que ela própria também pretende ser forma de explicação. E com isto inventa um *desmascaramento* que se põe contra si mesma.

É nesse sentido que Klein (2002, p. 126-146) desenvolve a (auto)crítica de que durante os anos mais importantes da invasão das empresas transacionais os debates radicais universitários estavam envolvidos em uma batalha diferente: os debates exaustivos sobre gênero e raça das chamadas guerras do politicamente correto. E se os estudantes se permitiram se transformar em mercados-teste, foi em parte porque eles tinham outras coisas em mente. Estavam ocupados enfrentando seus professores sobre os méritos do cânone e a necessidade de políticas contra abuso sexual mais rigorosas no *campus*. Foi apenas quando as políticas de representação pessoal foram cooptadas pelo *branding* que estudantes e professores começaram a sair de suas rixas mútuas, percebendo que tinham um adversário mais poderoso, lamenta Klein. É reveladora a análise dessa autora de que o *slogan* “o pessoal é político” veio substituir a economia como política e, no fim, também a Política como política. A crítica, na concepção do politicamente correto, se concentrava na representação das mulheres e das minorias nas estruturas de poder, e não na economia por trás das estruturas de poder. Assim, a classe saiu da agenda, junto com todas as análises econômicas sérias.

Forma-se assim um clima econômico, social e político muito propício às transnacionais. Recuperam-se as lutas autônomas; implantam-se modelos *toyota* com suas formas de sedução e envolvimento do trabalhador; fragmenta-se a sociedade ao extremo, dificultando ou impossibilitando as lutas coletivas; reeducam-se as pessoas com os critérios da produtividade *toyota*, tanto através da educação formal (além da formação na empresa) quanto na educação do politicamente

correto. No caso do pensamento pós-moderno é ostensiva a sua insistência no caráter fragmentário da ideologia e da sociedade fragmentada, com as políticas de sexo, cor, culturas, preferências, etc.

Nesse quadro histórico de integração quase absoluta, há ainda algo mais a compor tal processo de recuperação: a cultura popular. E com isso, a assimilação social parece não deixar brechas. Não fossem as novas formas de luta que, no entanto, *teimam* em germinar, como os movimentos *alterglobalização*, particularmente fortes na Europa, como examina Pastor (2002). A recuperação da cultura é tanto mais instigante quanto se verifica sua eficácia, por meio especialmente do *Branding*, em transformar rebeldia em dinheiro, na expressão de Klein (2002); ou, eu diria, em transformá-la em capital. Fica muito evidente, portanto, a eficácia política das empresas transnacionais de se apossarem dos mais caros ideais e aspirações de liberdade de uma "(...) certa juventude, aquela que foi hegemonizada pelo pós-modernismo", como afirma Klein. Talvez isso ocorra porque esta corrente política pertença ao fluxo de desenvolvimento do próprio capitalismo (Harvey). Nesse sentido, conforme a autora declara em seu livro, ela pertencera à corrente pós-moderna, mas agora analisa que

(...) nossos inimigos declarados não nos temiam e odiavam, mas na verdade pensavam que nós éramos de certo modo muito interessantes. Uma vez que tínhamos embarcado em uma busca por novas fontes de imaginação moderna, nossa insistência nas supremas identidades sexuais e raciais, contribuíram para grandes estratégias de conteúdo de marca e marketing segmentado. Se o que queríamos era diversidade, pareciam dizer as marcas, então diversidade era exatamente o que tínhamos. E com isso, os profissionais de marketing e produtores de mídia investiram, aerógrafos na mão, para retocar as cores e imagens de nossa cultura. (KLEIN, 2002, p. 135-136).

De modo, que vivemos em uma época histórica em que compartimentam-se ainda mais os setores sociais explorados e dispersam-se suas reivindicações. Klein (2002, p. 135-139) cita variados exemplos de como as empresas transformaram a política da diversidade em torno de *identidades de marca*. Por exemplo, a publicidade da *Abercrombie Et Fitch* retratava rapazes em roupas íntimas trocando olhares insinuantes; a *Gap* enchia suas peças publicitárias com arco-íris raciais de «modelos esqueléticas e infantíloides; e os cartazes da Benetton com condenados à morte e vítimas da AIDS. Assim, as empresas inteligentes rapidamente perceberam que o desconforto de curto prazo -venha ele de uma exigência pela contratação de mais mulheres ou de um exame mais cuidadoso da linguagem em campanha publicitária- foi um preço pequeno a pagar pela enorme participação de mercado que prometia a diversidade.

Analisando processos semelhantes de recuperação cultural, mas na órbita da informática, Lamikiz (2001, p. 02), diz que os bancos, as empresas informáticas, os operadores de telecomunicações se apropriaram da estética da cultura digital (a arroba, o jargão internauta, os prefixos "e", "ciber", o adjetivo "digital", etc.). O autor afirma que agora são eles os que ditam o que é ou não é a *cibercultura*, que originalmente seria definida como agenciamentos sociais das comunidades no espaço eletrônico virtual. O autor exemplifica as ações empresariais analisando os departamentos de *marketing* das empresas que teriam se dado conta de que o prefixo "ciber" teria o mágico poder de converter qualquer mercadoria obsoleta em um produto *chic*: "ciberjeans, ciber sorvetes, ciberbancos, ciberseguros, ciberlivros, ciber mães, cibersexo..., ¡cibertodo! "Também os bancos, diz o autor, "agora são

"e-bancos", os telefones WAP provocam "e-moções" e os detergentes (perdão, ciberdetergentes) conseguem um branco digital."

Na visão de Lyria e Zahonero (2004, p. 226) estão sendo impostas "(...) revoluções - autênticas revoluções mundiais que vêm pra cima de nós sem que haja lei nem instituição que possa impedi-lo – que tratam de subordinar tudo ao êxito nessa concorrência e arrasam quando passam tudo o que não resulte de alguma utilidade para a consecução desses objetivos".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância de análises, hoje necessariamente interdisciplinares, sobre o elevado grau de importância da estrutura econômica da sociedade torna-se primordial para a compreensão de toda a sua complexidade. Nos casos dos posicionamentos teóricos e políticos pós-modernos analisados por Klein (2002, p. 126-148), a autora volta a refletir sobre o fato de naquele momento em que o campo de visão da maioria dos que pertenciam a essa "esquerda progressista *encolhia* de forma a incluir somente sua vizinhança imediata, os horizontes dos negócios globais cresciam e englobavam todo o planeta". A troca dos fundamentos da economia radical dos movimentos de direitos civis e feministas pelas combinações de causas que passaram a ser chamadas de *politicamente corretas* teria tido êxito somente em treinar uma geração de militantes na política da imagem, não da ação. E, por isto mesmo, talvez tenha impedido que muitos novos militantes não percebessem aquilo que a autora lamenta ter tardiamente compreendido enquanto tal, que é o papel central das relações sociais engendradas no capitalismo.

Dentre elas, as relações de trabalho não deixaram de ser, na chamada sociedade informatizada, fundamentais. Por isto mesmo as tecnologias da informação são hoje um instrumento fundamental de acumulação de capital porque neste papel conseguiu sintetizar como nunca, por suas múltiplas funções, a máxima economia de tempo com o máximo de produtividade. A "seleção natural" antes denunciada por Rivero (2002), poderia nos auxiliar a entender o que seria uma função alternativa das tecnologias da informação e comunicação, TIC, que seriam tão importantes aos processos de emancipação humana, caso as TIC pudessem estar sob uma lógica solidária. Mas são muitos os limites das possibilidades de acesso de massas a tais tecnologias, a não ser para o adestramento ao trabalho, considerando que as mesmas vêm sendo majoritariamente utilizadas para intensificar as formas de controle das relações sociais.

Especificamente a partir desta dupla função social cumprida pela tecnologia podemos pensar as alterações na educação advindas do capital; e, urgentemente, aquelas promovidas pela resistência dos trabalhadores e estudantes. Sem o que será improvável que consigamos opor resistência à racionalização contemporânea da não liberdade-humana. A análise entre tais elementos, entretanto, remeto-a para estudos futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BECK, Ulrich. **Qué es la globalización?** falacias del globalismo: respuestas a la globalización. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

BUONFIGLIO, Maria Carmela, DOWLING, Juan Alfonso. **Flexibilização das relações de trabalho: precarização e desemprego.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO, 3., 2000. ALAST. Disponível em: <http://www.alast.org/congreso/autor.html#b>

BUSTAMANTE, Javier. **Sociedad informatizada, ¿sociedad deshumanizada?:** Una visión crítica de la influencia de la tecnología sobre la sociedad en la era del computador. Madrid: Gaia, 1993.

CASTELS, Manuel. **A sociedade em rede, a era da informação:** economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital informação.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

DEMO, Pedro. **Conhecer e Aprender:** sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FIDALGO, Fernando. **A formação profissional negociada.** França e Brasil, anos 90. São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Política de Formação Técnico-Profissional, Globalização Excludente e Desemprego Estrutural.** Caxambú: Reunião Anual da Anped, 21, 1998.

FUKUYAMA, Francis. **El fin de la Historia y el último hombre.** Barcelona: Ed. Planeta, 1992.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. nv.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência enquanto "Ideologia". In: **Os Pensadores:** textos escolhidos. Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola. 1994.

HYPOLITO, Reestruturação educacional, neoliberalismo e o trabalho docente. Caxambú: Reunião Anual da Anped, 21, 1998.

HORTA, Rosilene. **Trabajo, Tecnología de la Información y Política de las Transnacionales como Factores de Análisis de la Desigualdad Digital en Brasil.** 626f. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Universidade Complutense de Madrid, Madrid, Espanha, 2004.

KLEIN, Naomi. **Sem Logo:** a tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAMIKIZ, Álex. ¿Qué es la cibercultura? In: ALONSO, Andoni, ARZOZ, Iñaki. **La nueva ciudad de Dios.** Madrid: Ediciones Siruela, 2001.

LASTRES, Helena Maria Martins et.al. Indicadores da economia e sociedade da informação, conhecimento e aprendizado. In: VIOTTI, Eduardo Baumgratz; MACEDO, Mariano de Matos. **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2003. p. 533-578.

LENIN, Vladimir I. **Obras escolhidas:** as tarefas imediatas do poder soviético. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. v.1.

LIRIA, Carlos FERNÁNDEZ e ZAHONERO, Luis ALEGRE. La revolución educativa. El reto de la Universidad ante la sociedad del conocimiento. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Filosofía: **LOGOS. Anales del Seminario de Metafísica.** Vol. 37 (2004): p. 225-253.

MANACORDA, Paolo M. **El ordenador del capital: razón y mito de la informática.** Madrid: Blume, 1982.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

MARX, Karl. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.

OLIVEIRA, Dalila. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza.** Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Escola ou Empresa?** Petrópolis: Vozes, 1998.

PASTOR, Jaime. **Qué son los movimientos antiglobalización. Seattle, Génova, Porto Alegre... Los diferentes grupos y sus propuestas. El debate después del 11/09.** Barcelona: RBA Libros. S.A., 2002.

RAMONET, Ignácio. **Los medios y la globalización.** Rádio Nederland. 2001. Disponível em: <http://www.mw.nl/cgi-bin/home/homeInforma.pl>.

RIVERO, Oswaldo de. **O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI.** Petrópolis: Vozes, 2002.

SAN VICENTE, Iñaki Gil. Algunas relaciones entre capitalismo, globalización y tecnociencia. Red Vasca Roja, 2001. Disponível em: <http://www.basquered.net/cas/comuni/gilo/indice.htm>

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão Digital: a miséria na era da informação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **A educação frente às metamorfoses no mundo do trabalho: uma proposta de método de análise.** Caxambú: Reunião Anual da Anped, 21,1998.